



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0138035-51.2020.6.05.8000

INTERESSADO :

ASSUNTO : Análise da licitação

Parecer nº 24 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto o Registro de Preços visando a eventual aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, conforme especificações e condições do Edital n.º 7/2021, documento n.º 1407992.

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado:

- realização de pesquisa de preços, consoante planilha estimativa e análise da SEAQUI, documentos n.ºs 1400133 e 1400134;
- indicação da ação orçamentária, uma vez que se trata de registro de preços, documento n.º 1388395;
- análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documento n.º 1400944;
- autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, documento n.º 1401474;
- designação de Pregoeira e equipe de apoio, documento n.º 1403335; e
- juntada de cópia da Portaria que designou a Comissão de Pregoeiros, documento n.º 1408717.

Publicado o edital em meio eletrônico e no DOU (documentos n.ºs 1408729 e 1408736), foi apresentado pedido de esclarecimento, o qual foi respondido e divulgado no Sistema Comprasnet, documento n.º 1624587.

Aberta a sessão, após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos para, sequencialmente, verificar a conformidade dos produtos ofertados.

Da leitura da Ata de Realização do Pregão, verifica-se que foi realizada conferência minuciosa das especificações técnicas dos produtos, após a qual algumas empresas foram desclassificadas, vez que não atenderem às especificações do edital.

Observa-se, ainda, que a Pregoeira propôs a redução negociada dos preços, conforme condição 9.1 do Edital.

A licitação restou fracassada para os itens 29 e 30, após esgotadas as tentativas junto às demais empresas, por ordem de classificação,

Examinados os documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas relacionadas no Relatório Resultado Fornecedor, documento n.º 1627085.

Aberto o prazo, não houve registro de intenção de recurso, conforme registrado em ata.

Mediante relatório contido no documento n.º 1627088, a Pregoeira encaminhou os autos à apreciação superior, ressaltando a situação da empresa BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA, cuja consulta ao SICAF apresentou registro de ocorrência impeditiva indireta.

Instada a se pronunciar acerca da matéria, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas -ASJUR, emitiu o Parecer n.º 153/2021 (documento n.º 1636665), tendo concluído:

6. Assim, julgamos haver indícios suficientes de que a empresa BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA. tenha sido constituída com a intenção de burlar a aplicação das penalidades de impedimento, permitindo que o sócio Bruno Quirino Lima continuasse a atuar no mercado público.

[...]

8. Verificamos, todavia, que o procedimento adotado pela Pregoeira deixou de seguir o padrão deste Órgão, uma vez que a habilitação da empresa foi efetivada anteriormente à diligência empreendida para que a empresa se manifestasse[3].

8.1. Portanto, recomendamos que a licitação seja reaberta e que a comunicação entre a Pregoeira e a BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA. seja realizada através do campo concernente às mensagens da sessão (dessa forma, as demais concorrentes terão ciência da questão, podendo, inclusive, recorrer da decisão).

8.1.1. Após informar os indícios de fraude acima destacados, a Pregoeira deverá conferir prazo para que a licitante apresente suas alegações/documentações (de preferência por meio de envio de anexo).

8.1.2. Ultrapassado o interstício e analisados os elementos constantes dos autos, cumprirá à Pregoeira decidir fundamentadamente acerca da habilitação ou inabilitação da BRASUMIX LICITAÇÕES LTDA.

8.1.3. Caso o julgamento seja pela inabilitação, o certame deverá retornar à fase de classificação para exame das propostas dos licitantes subsequentes.

Considerando o opinativo acima, recomenda-se que seja determinada a reabertura do certame em relação aos itens 4, 15 e 16, na forma recomendada pela ASJUR.

Quanto aos demais itens, uma vez observada a regularidade do procedimento licitatório, sugere-se a homologação do Pregão, devendo a Administração, em ato contínuo, proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013, bem como de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação, Ata de Realização do Pregão Eletrônico e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 1627085, 1627087, 1624601 e 1627088).

Salienta-se que as certidões de regularidade com o FGTS foram atualizadas e acostadas por meio do documento n.º 1637424.

Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário/ASSED

De acordo.

Ao Diretor-Geral para apreciação.

Ana Flávia Cerqueira Machado

Assessora Especial da Diretoria-Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 28/05/2021, às 16:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 31/05/2021, às 09:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1637424** e o código CRC **F8BDD05F**.